

JETO DE LEI Nº 3847/2018, de autoria do Deputado Bruno Dauaire, que "VEDAÇÃO DE COBRANÇA DE TARIFA PELA INSTALAÇÃO DE APARELHOS MEDIDORES OU LIMITADORES DE CONSUMO." Durante a discussão, o Deputado Luiz Paulo solicitou vista a esta proposição. O pedido foi aceito pelo presidente. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 32/2019, de autoria do Deputado Márcio Canella, que "DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE DO RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DA PATERNIDADE PERANTE OS OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS." PARECER: CONSTITUCIONALIDADE; PROJETO DE LEI Nº 1700/2019, de autoria do Deputado Subtenente Bernardo, que "ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE NOTA FISCAL PELAS CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO." PARECER: CONSTITUCIONALIDADE. Após discussão e votação, os pareceres foram aprovados. Em prosseguimento, o Deputado Márcio Pacheco, Presidente, antecipou, a pedido do autor Deputado Luiz Martins, a discussão do item trinta e nove da pauta - PROJETO DE LEI Nº 3254/2020, de autoria da Deputada Luiz Martins, que "DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AOS ATLETAS E AOS TÉCNICOS DENOMINADA BOLSA-ATLETA E BOLSA TÉCNICO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." - Após discussão e votação, o PARECER pela CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO, foi aprovado. Terminado o tempo regulamentar e nada mais havendo a tratar, o Deputado Márcio Pacheco, Presidente, suspendeu a reunião, para que fosse lavrada a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim, Tatiana da Costa Guimarães, Secretária, e pelo Senhor Presidente. A reunião foi encerrada às treze horas. Sala das Comissões, vinte de outubro de dois mil e vinte e um. (a) Tatiana da Costa Guimarães, Secretária; Deputado Márcio Pacheco, Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às doze horas, de forma remota, em conformidade com o Artigo 6º do Ato N/MD/Nº 651/2020 da Mesa Diretora, por meio do aplicativo digital WhatsApp, em grupo criado para esse fim, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, constituída através do Ato E/GP/Nº 30/2021, sob a presidência do Senhor Deputado Gustavo Schmidt, e com a presença dos Senhores Deputados Carlos Minc, Flávio Serafini, Sérgio Fernandes, membros efetivos, e Martha Rocha, Eurico Júnior e Marcelo Cabelleiro, membros suplentes deste órgão técnico, para a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão, nos termos do Edital publicado em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um. Havendo número regimental, Sua Excelência declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos e anunciou a Ordem do Dia, apresentando a proposta, a ser deliberada, de realização de Audiência Pública, com o tema "Áreas de Proteção Ambiental, zonas de conflito e redefinição de perímetro". Em seguida, solicitou aos Senhores Deputados que se manifestassem e registrassem os seus votos sobre o item da pauta. Concluída a votação e feita a contagem dos votos, o Senhor Presidente declarou que restou aprovada, pela unanimidade dos presentes, a referida proposta de Audiência Pública. Ao final, não havendo mais quem fizesse uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu mais uma vez a participação de todos e deu por encerrada a presente reunião extraordinária, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, matrícula 200.932-2, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um. (a) Deputado Gustavo Schmidt, Presidente; (a) Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GOVERNANÇA DA REGIÃO METROPOLITANA NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 184 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

(REQUERIMENTO Nº 164/2019)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, reuniu-se para realização de Audiência Pública a Comissão de Representação para Acompanhar a Implantação do Novo Modelo de Governança da Região Metropolitana, instituída pelo Requerimento nº 164/2019, em conjunto da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, conforme Edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo de 15.06.2021, através de vídeo conferência (via Plataforma Zoom), conforme Art. 6º do Ato "N/MD/Nº 651/2020, sob a Presidência do Senhor Deputado WALDECK CARNEIRO, Presidente da Comissão de Representação para Acompanhar a Implantação do Novo Modelo de Governança da Região Metropolitana e com as presenças dos Senhores Deputados LUIZ PAULO, Vice-Presidente, e ELIOMAR COELHO, membro efetivo da Comissão de Representação para Acompanhar a Implantação do Novo Modelo de Governança da Região Metropolitana, das Senhoras Deputadas DANI MONTEIRO, Presidente, e ENFERMEIRA REJANE, membro suplente, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, e contando também com as presenças dos Senhores (as) Deputados (as) FLAVIO SERAFINI e MÔNICA FRANCISCO, deu por aberto os trabalhos da primeira audiência pública conjunta das comissões em epígrafe. Prosseguindo, o Senhor Presidente registrou as presenças do Ilustríssimo Senhor Alexandre Mendes, do Instituto Rio Metrópole, do Excelentíssimo Senhor Doutor Thales Arcoverde, da Defensoria Pública Federal, do Ilustríssimo Senhor Leandro Guimarães, Secretário de Habitação e Urbanismo do Município de Duque de Caxias, do Ilustríssimo Senhor Gabriel Souza, do grupo FORAS, da Ilustríssima Senhora Marilucia Santos, do grupo FORAS, do Excelentíssimo Senhor Glauber Braga, Deputado Federal, do Ilustríssimo Senhor Newton Reis Monteiro, Superintendente do INCRA, do Ilustríssimo Senhor Miguel Pedro, do INCRA, da Excelentíssima Senhora Doutora Luciana Gadelha, do Ministério Público Federal, do Ilustríssimo Senhor Marcelo Barreto, Superintendente do INEA, da Ilustríssima Senhora Isabele Oliveira, do INEA, do Ilustríssimo Senhor Professor Adacto Otoni, da UERJ, da Ilustríssima Senhora Professora Cleonice Puggian da UERJ, do Ilustríssimo Senhor Luiz Firmino Pereira, da Assessoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Carlos Minc. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a Audiência Pública tem como objetivo debater a implantação do CEARJ no Campo do Bomba no município de Duque de Caxias. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para os Deputados membros das Comissões e aos convidados presentes, que fizeram o uso da palavra para esclarecimentos. Em prosseguimento, o Senhor Presidente passou a Presidência para a Excelentíssima Senhora Deputada DANI MONTEIRO. Após, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença e colaboração de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo link https://www.youtube.com/watch?v=foZ_T9A0HELU, contém a íntegra da reunião, bem como seu inteiro teor segue nas notas taquigráficas, em anexo, da qual, para constar, eu, André Luiz Coutinho Merlo, matrícula 201.762-2, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Presidentes. Sala das Comissões, 24 de setembro de 2021. (a) André Luiz Coutinho Merlo - Secretário (a) Deputado WALDECK CARNEIRO - Presidente da Comissão de Representação para Acompanhar a Implantação do Novo Modelo de Governança da Região Metropolitana. (a) Deputada DANI MONTEIRO - Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Bom-dia, Deputado Luiz Paulo, Vice-Presidente da nossa Comissão da Região Metropolitana, seja bem-vindo à nossa Audiência. Quero dizer, de saída, que todas as presenças aqui são importantes, vou registrá-las agora que estamos fazendo a Audiência e a transmitindo, nós vamos agradecer ao Deputado Luiz Paulo, que eu já mencionei aqui, ao Deputado Flávio Serafini, Deputada Enfermeira Rejane; e vejo também aqui a assessoria do mandato do Deputado Eliomar Coelho. Por favor, demais assessorias ou parlamentares que entrem façam se anunciar, enfim, para que a gente possa fazer o devido registro. Vamos agradecer, também, a presença do Coletivo Foras, Gabriel Alves e Marilucia Santos, agradecer também a presença da Prefeitura de Duque de Caxias, na figura do senhor Secretário de Urbanismo Leandro Guimarães, agradecer a presença do Inbra, na figura do senhor Nilson Reis, a presença do Inea, através do seu Superintendente Marcelo Barreto, a presença do Ministério Público Federal, na figura da Procuradora Luciana Gadelha, a presença da Defensoria Pública da União, na figura do Defensor Thales Arcoverde, temos também a presença do Instituto Rio Metrópole, através da participação do Diretor de Saneamento Integrado, o Sr. Alexandre Mendes, temos também a assessoria do Deputado Carlos Minc, que eu não mencionei, também presente na nossa Audiência, do Professor Adacto Otoni, convidado também como especialista na matéria para fazer a sua manifestação e pouco a pouco se eu omitir alguma citação ou a Deputada Dani Monteiro completa, seremos alertados para que todos sejam devidamente registrado.

Queremos agradecer muito as participações, assessoria da Deputada Mônica Francisco também presente, portanto, agradecer pendoradamente a todas as presenças que são importantes e qualificam esse debate.

Olha, um aspecto que é central também nesse início de Audiência Pública é dizer que os que estão aqui presentes acham importante a proposta e iniciativa da Prefeitura de Duque de Caxias de implantação de uma Central de Abastecimento naquele Município. Nós achamos que essa é uma ideia válida, meritória, que pode ter repercussão positiva do ponto de vista do abastecimento da economia, não apenas de Duque de Caxias, mais a própria Baixada Fluminense, portanto, não há nenhuma questão apriorística, que fique claro, sempre bom dizer, contra a ideia da central de abastecimento de Duque de Caxias, ao contrário, porém, o que parece perturbador e isso vem sendo objeto de muitos debates, com participação de diferentes instituições aqui presentes, é a proposta de implantação dessa central de abastecimento na área conhecida como Campo do Bomba, e isso por algumas razões que eu vou aqui muito resumidamente declinar, nós sabemos que a área do Campo do Bomba esteve integrada durante algum tempo à área de proteção ambiental - APA - São Bento. Por legislação municipal, em Duque de Caxias, essa área do Campo do Bomba foi, digamos, deslocada dessa área de preservação ambiental, de proteção ambiental, entretanto, ainda que tenha havido essa modificação na legislação municipal de Duque de Caxias, isto não altera o papel que essa área cumpre como uma área amortecedora natural de enchentes, um pólder, importante, tendo em vista que mesmo cumprindo esse papel, porque ela é uma área entre os rios Iguaçu e Sarapuá, que já conhecem impactos e efeitos de inundações que repercutem sobre outros Municípios, inclusive, vizinhos a Duque de Caxias.

Então, essa é uma área importante do ponto de vista do equilíbrio natural, do equilíbrio ecológico, sobretudo no tocante às inundações daquela região. Além disso, essa área também tem uma importância para além da perspectiva ambiental, tendo em vista que há ali sítios arqueológicos de sambaquis com idades estimadas entre 4 e 5 mil anos, protegidos inclusive por dispositivo da Constituição Federal; e são referências, possivelmente, dos primeiros habitantes do Estado do Rio de Janeiro e das cercanias do antigo Estado da Guanabara. Além disso, a presença também naquela área de vestígios do Quilombo do Bomba, o que permite, portanto, fazer menção às memórias ancestrais, como a da Hidra de Iguaçu, comunidades quilombolas daquela área do oeste das cercanias da Guanabara.

Então, assim, nós temos a dimensão ambiental, a dimensão histórica, a dimensão arqueológica, enfim, é muito importante, portanto, que esse debate possa, enfim, caminhar no sentido da produção dos consensos possíveis. A Alerj tenta cumprir aqui um papel mediador importante nessa discussão, lembrando ainda que há uma ação pública que foi interposta pelo Ministério Público Federal em relação a esse projeto. Esta ação pública federal foi acolhida liminarmente pelo juízo, que deu um prazo de 90 dias para que o Município de Duque de Caxias e o Inbra reapresentassem a documentação referente à doação do terreno, que foi feita no passado pelo Inbra ao Município de Caxias. Essa doação parece não ter atendido certos requisitos fixados em lei. E aí o juízo expediu essa decisão liminar, não há decisão de mérito, para que no prazo de 90 dias, que expira, salvo engano, no próximo dia 10 de outubro, o Inbra e o Município de Duque de Caxias apresentem a documentação referente ao ato formal de doação do terreno.

Para além dessa questão, que é relevante, eu quero aqui dizer que nós não nos prendemos apenas nesses aspectos. Embora seja relevante, quero colocá-lo em paralelo, em diálogo com as outras questões que eu mencionei há pouco, do ponto de vista ambiental, histórico e arqueológico. Nesse sentido, nós estamos aqui hoje para dar sequência a esse debate, com a expectativa de que a gente possa avançar de forma que a ideia da Cearj possa ter lugar, mas, ao mesmo tempo, que a gente possa ter também o cuidado com a preservação do Campo do Bomba. Acrescento, inclusive, que há um projeto de lei que tramita na Alerj, o Projeto 4.773 de 2021, de autoria coletiva dos Deputados Waldeck Carneiro, Eliomar Coelho, Dani Monteiro, Enfermeira Rejane, Flávio Serafini, Mônica Francisco e Renata Souza, que propõe a criação de um parque estadual naquela área mencionada, o Parque Estadual do Quilombo do Bomba, de maneira que temos múltiplas dimensões desse debate, que a gente espera que nessa Audiência Pública possam ser explicitadas com transparência, mediadas pelo bom diálogo, pelo bom debate democrático. Por isso, agradeçamos a todas as participações institucionais e aos mandatos que estão aqui construindo esse debate.

Eu quero citar também a presença do Deputado Eliomar Coelho, já tinha citado a sua assessoria, mas agora cito a presença do Deputado Eliomar. E acho importante fazer um registro justo em relação a esse projeto. O Deputado Carlos Minc aqui na Alerj é para todos nós aqui uma grande referência nessa pauta ambiental, aliás há muito tempo e para além dos muros da Alerj. Como o Deputado Carlos Minc, aliás, como eu, como o Luiz Paulo, somos membros da CCJ, a ideia era que a gente pudesse ter no Deputado Carlos Minc um relator desse projeto na CCJ, porque sua relatoria qualificada poderia ajudar a aprimorar o texto. É apenas por isso que ele não figura originalmente como coautor do projeto, mas a nossa expectativa é que, após a relatoria da CCJ, o Deputado Carlos Minc possa também subscrever o projeto, assim como evidentemente qualquer outro Deputado que se interesse pela propositura aqui em apreço.

Enfim, feitos esses esclarecimentos, feita essa breve introdução, vou passar a palavra, para sua saudação inicial, à Deputada Dani Monteiro, que preside a Comissão de Direitos Humanos e coorgana, copromove essa Audiência Pública, e, em seguida, retomo a palavra, que mais adiante vou dividir com a Deputada Dani para a sequência das intervenções.

Então, Deputada Dani Monteiro, por favor, Vossa excelência tem a palavra.

A SRA. DANI MONTEIRO - Bom-dia, Deputado Waldeck. Bom-dia a todos os Deputados e Deputadas, aos convidados aqui que irão acompanhar e contribuir com a Audiência Pública, que tem uma centralidade, como já ressaltou o Deputado Waldeck, é a da garantia da memória, da ancestralidade, da garantia do direito socioambiental e do direito à própria moradia, porque quando falamos também do que hoje é a área do Campo do Bomba, aquela é uma área também importantíssima para o funcionamento da Baixada Fluminense inteira, que, como o próprio nome sugere, é rebaixada ao nível do mar, então, a construção naquela área, muito provavelmente, como apontam ambientalistas, levaria a alagamentos mais recorrentes no entorno da Baixada Fluminense. Os sambaquis, aqui citados pelo Deputado Waldeck, justamente são paredes naturais próprias para contenção muitas vezes desses alagamentos advindos da Baía da Guanabara.

Então, queremos aqui tratar nessa Audiência todos esses aspectos. O aspecto da memória e da cultura, quando falamos dos primeiros habitantes do que hoje é o Estado do Rio de Janeiro, quando falamos de diversos entroncamentos das aldeias tupis, quando falamos também das ocupações de negros e negras, a partir da Hidra do Iguaçu. Mas, falamos também desse direito socioambiental e da garantia também de, a partir da perspectiva do projeto de lei, uma área onde também tenha uma estruturação de um investimento científico, que seja uma área também de alguma forma de lazer à população, mas que seja uma área de estudos, de investigações de todos esses vestígios e sítios arqueológicos ali colocados, de toda essa história, tanto da própria natureza quanto da humanidade, nesses territórios, que deva ser preservada, mas, também, estudada e parte de soluções do nosso desenvolvimento.

Então, acho que não vou me alongar, acredito que o Deputado Waldeck, que já acompanha também essa pauta desde o início, trouxe uma sistematização bem robusta de toda proposta dessa Audiência Pública. Precisamos agora nos ouvir nesses espaços e garantir que queremos, sim, aumentar, ampliar essa cadeia de abastecimento e distribuição de alimentos, especialmente quando falamos de alimentos advindos da agricultura familiar.

Então, a proposta da Cearj nos é uma proposta muito cara, mas, também, queremos garantir nessa Audiência Pública o direito humano à memória, à cultura, ao direito humano socioambiental.

Então, agradeço a presença de todos e vamos à Audiência, que eu acredito que será muito boa. E retorno a palavra para o Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Deputada Dani Monteiro.

Nós vamos fazer intervenções alternando os parlamentares presentes e as entidades também presentes, de maneira que fique equilibrado.

Então, vamos começar com duas intervenções de parlamentares e duas intervenções de instituições, entidades coletivas aqui presentes. Nesse sentido, vou passar a palavra inicialmente nesse primeiro bloco de parlamentares ao Deputado Luiz Paulo, que é o Vice-Presidente da Comissão da Região Metropolitana, e, em seguida, ao Deputado Flávio Serafini. Na sequência, ouviremos a representação do Município de Duque de Caxias, o Secretário de Urbanismo, Sr. Leandro Guimarães, e a representação do Coletivo Foras, Sr. Gabriel Alves e a Professora Marilucia Santos.

Então, Deputado Luiz Paulo, vossa excelência tem a palavra. Todos nós vamos nos ajudar no tempo, temos muitas intervenções, é muito importante que ouçamos todos e todas, mas vamos tentar aí conseguir um tempo razoável nessas intervenções dos parlamentares, em torno de 4 minutos, para que possamos fazer fluir a Audiência garantindo a palavra de todos.

Deputado Luiz Paulo, obrigado pela presença. É uma grande referência para nós no debate metropolitano ter o Vice-Presidente na nossa Comissão.

O SR. LUIZ PAULO - Bom-dia a todas e todos presentes. Eu ouvi com atenção, Deputado Waldeck, tanto a sua exposição inicial sintética quanto a da Deputada Dani Monteiro. Sob o ponto de vista dos aspectos históricos e culturais, absolutamente relevantes. Vou fazer aqui uma abordagem um pouco pequena, na área que o professor Adacto Otoni atua, eu também sou Engenheiro.

O Rio Botas e o Rio Iguaçu são dois rios que na chuva de verão, principalmente, transbordam. E é bom que transbordem, a natureza do rio, a calha de um rio é formada pelo volume de água que frequentemente corre nesse rio. E quando essa chuva é excepcional, a calha do rio não suporta o volume de água, e ele tem que transbordar. E a civilização como um todo quer que o rio fique contido sempre dentro da calha, o que é impossível, porque as chuvas não diminuem o volume, as chuvas simplesmente aumentam as suas precipitações muitas das vezes fora das áreas que são esperadas para cair.

Bom, se você botar o Ceasa no Campo do Bomba, você vai fazer terraplanagem, vai aumentar a altura do piso para implantar uma Ceasa, que sempre terá uma área de ocupação muito grande. Essas terraplanagens, associada aos acessos, servirão por barreira para esse rio transbordar nessa localidade e ele possivelmente transbordará a montante dessa localidade.

Então, nós vamos agravar um problema de enchente na Baixada que já é recorrente, por isso, o nome, Deputado Waldeck, é Baixada. Exatamente. São níveis muito baixos. Olha, nós temos um Ceasa em Irajá e é justo que se tenha aí outros centros de abastecimento. A rodovia 040, que corta integralmente o Município de Duque de Caxias, tem uma logística excepcional para isso, mas outras áreas também existem nessa região que podem ser escolhidas, o Secretário de Urbanismo está aqui presente, levando em consideração, além dos aspectos históricos e culturais, os aspectos de gramagem, de equilíbrio ambiental, de preservação da possibilidade dessas bacias de acumulação de água.

Então, esses aspectos técnicos também são relevantes. É necessário, inclusive, que a gente tenha bastante consciência disso porque esse é um caminho pela frente que, tenho certeza, Deputado Waldeck, vai encontrar dificuldades. E a gente tem que ter uma unidade política muito grande para evitar futuros desastres maiores ainda na nossa Baixada Fluminense, em especial também no Município de Duque de Caxias.

Só isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Deputado Luiz Paulo, e, sem mais delongas, agradecendo a manifestação do Deputado, passo a palavra para o Deputado Flávio Serafini para a sua manifestação inicial aqui, em um tempo aproximado de 4 a 5 minutos.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Deputado Waldeck, bom, um dos Deputados que juntamente com vossa excelência é autor do projeto e que quer estabelecer esse diálogo com a Prefeitura, com os movimentos. Eu sugeriria que se pudesse começar a intercalar, a colocar aí a Prefeitura, um movimento, aí eu falo na sequência, que aí a gente vai fazendo esse diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Não, mas essa é a ideia. A gente vai começar com dois Deputados, em seguida vamos intercalar. Mas, se quiser falar depois (não compreendido) falar depois.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Prefiro falar um pouquinho mais para frente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Não há problema algum, então, eu passo a palavra, mais uma vez agradecendo a presença, ao Secretário de Urbanismo de Duque de Caxias, Sr. Leandro Guimarães, que já esteve conosco na nossa Audiência, fizemos um bom debate e, mais uma vez, agradeço a sua presença, Secretário, por favor. Vossa senhoria tem a palavra.

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - Obrigado, Deputado Waldeck Carneiro. Bom-dia aos demais Deputados e membros aqui dessa Audiência Pública. É com muita satisfação que a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias está constantemente participando de todas as Audiências Públicas de forma a esclarecer qual é o projeto que a Prefeitura tem para essa área, por que a gente está destinando espaço para esse equipamento público e de que forma a Prefeitura pretende dar prosseguimento a esse projeto.

É uma área de propriedade do Inbra, então, a gente teve naquela região, como todo o bairro de São Bento, que já é uma área um pouco maior do que a área do Campo do Bomba, um pouco mais de 3 milhões de metros quadrados que existem no bairro de São Bento, que é onde está localizada as 13 DUs, que são as 13 áreas disponíveis para urbanização do Inbra, que nas últimas décadas sofreram invasões dessa área e hoje ela se encontra 100% ocupada naquela região, que também fica próxima ao Rio Iguaçu. E essa atividade da sociedade em estar ocupando essas áreas do Inbra se deu por diversos motivos, inclusive o social, mas um ponto forte foi a impossibilidade de estrutura do Inbra para conseguir destinar essa área de uma forma correta e conseguir também controlar essas ocupações.